

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NA
BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR: conceitos e
propostas de um currículo**

A CHILDHOOD EDUCATION IN
BASIC COMMON NATIONAL
CURRICULUM: concepts and
proposals for curriculum

A LA EDUCACIÓN EN BÁSICA
COMÚN DEL NATIONAL
CURRICULUM: criterios y
propuestas para curriculum

Eduardo Cezari¹

Jil-vanny da Silva Cunha Sousa²

Rogério de Sousa Cunha^{3, 4}

RESUMO

Abordaremos de forma breve o desenvolvimento do Currículo Nacional no Brasil para a Educação Infantil, bem como este se apresenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Explanaremos os princípios e propostas de uma integração curricular, compreendendo os processos políticos relacionados ao currículo, e ilustrando-o como possível caminho para uma integralização curricular para esse nível de ensino. Com os estudos e discussões propostos pela BNCC, vemos a

¹ Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UFMT/REAMEC), Mestre em Ciências do Ambiente UFT, Graduado em Ciências Biológicas (CEULP/ULBRA). Professor Adjunto do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (UFT) E-mail: eduardo@uft.edu.br.

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-UFT). E-mail: jilvanny@uft.edu.br.

³ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-UFT). E-mail: bmoperacional@yahoo.com.br.

⁴ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Tocantins – UFT Campus Palmas. Avenida NS 15, 109 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, Brasil. CEP: 77001-090.

possibilidade dessa alfabetização de nível de ensino, retornar a uma ação assistencialista, reduzindo-a ao cuidar. É necessário dar a devida atenção a Educação Infantil, compreendendo que essa cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Integração Curricular, Educação Infantil.

ABSTRACT

We discuss briefly the development of the National Curriculum in Brazil for Early Childhood Education, and this is presented in the National Curriculum Common Base (BNCC). Explanaremos the principles and proposals of curriculum integration, including political processes related to the curriculum, and illustrating it as a possible way for curricular paying for this level of education. With the studies and discussions proposed by BNCC, we see the possibility of this teaching literacy levels, return to a welfare action, reducing it to take care of. It is necessary to give due attention to childhood education, understanding that this plays a socializing role, promoting the development of the identity of children, through various learning, conducted in interaction situations.

KEYWORDS: Curriculum, Curriculum Integration, Early Childhood Education.

RESUMEN

Se discute brevemente el desarrollo del plan de estudios nacional en Brasil para la Educación Preescolar, y esto se presenta en el Currículo Nacional Base Común (BNCC). Explanaremos los principios y propuestas de integración curricular, incluidos los procesos políticos relacionados con el plan de estudios, y que ilustran como un posible camino para curricular pagar por este nivel de educación. Con los estudios y discusiones propuestas por BNCC, vemos la posibilidad de que esta enseñanza los niveles de alfabetización, el retorno a una acción de bienestar, reduciéndolo a cuidar. Es necesario prestar la debida atención a la educación infantil, entendiend que esto juega un papel socializador, promoviendo el desarrollo de la identidad de los niños, a través de diversos aprendizaje, llevado a cabo en situaciones de interacción.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 2, outubro. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p456>

PALABRAS CLAVE: Currículum, integración curricular, Educación Infantil.

Recebido em: 19.08.2016. Aceito em: 16.10.2016. Publicado em: 30.10.2016.

Introdução

Ao desvelar a história do Currículo Escolar através das leituras para o desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que Currículo envolve um laço entre o conceito de método e a ordem que a instituição escolar utiliza para regular e administrar seus conteúdos, desta maneira teremos um breve histórico da concepção de currículo já que é de extrema importância a sua análise e suas formas para se compreender a missão no campo da Educação Infantil.

A definição de currículo defendida nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil-DCNEI (BRASIL, 2010) põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação Infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças. Assim o cotidiano dessas unidades, como contextos de vivência, aprendizagem e desenvolvimento, requer a organização de diversos aspectos.

Desta forma, tomando por base que a Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, a de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens que se mostram sempre prioritárias nas discussões sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Tendo em vista tais levantamentos, abordaremos de forma breve o desenvolvimento do currículo Nacional no Brasil para a Educação Infantil, bem como esta se apresenta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Abordaremos os princípios e propostas de uma integração curricular, compreendendo os processos políticos relacionados ao currículo, e ilustrando-o como possível caminho para uma integralização curricular para esse nível de ensino.

Histórico do Currículo da Educação Infantil

Segundo alguns autores como Kramer (1996), Moreira e Silva (2000), a história da educação infantil no Brasil, tem início a partir de 1875, quando foi criado o primeiro Jardim de Infância no Rio de Janeiro e após dois anos em São Paulo.

Os Jardins de Infância eram de caráter privado e voltados para crianças de classe mais alta, tinha a proposta pedagógica inspirada em Froebel, um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas, ideia hoje consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor.

Já na metade do século XX, a indústria e a imigração do país crescem, fazendo com que a mulher tenha força e conquise seu lugar no mercado de trabalho provocando um aumento de vagas para essa faixa etária (SILVA, 2011).

A partir dos anos de 1970, o Brasil adota as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e também na Europa, abrindo as portas para as crianças mais pobres que eram então "privadas" da cultura, o que "justificava" o seu fracasso escolar.

Segundo Dutra (2011) com toda esta concepção que irá direcionar por muito tempo a Educação Infantil e também enraizar a visão assistencialista compensatória, os conceitos como marginalização, carência cultural e educação compensatória, foram adotados sem que houvesse um estudo e uma reflexão crítica mais profunda sobre os problemas sociais, o que então passa a influir nas decisões de políticas de educação infantil. Começa então a dar origem a educação infantil destinada a crianças carentes, considerando a criança pobre um ser capaz de aprender.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) aprovada em 20 de dezembro de 1996, destacamos na seção II, a qual dá ênfase à Educação Infantil, onde são oferecidas creches para crianças de até três anos de

idade e agora chamados pré-escola para crianças de quatro a seis anos de idade (BRASIL, 1996).

No Brasil a LDB deixa claro que compete a União aos Estados e Municípios definir conteúdos mínimos comuns, essa LDB de 1996 foi responsável pela elaboração de Diretrizes Curriculares pelo Conselho Nacional de Educação que organizou o currículo da Educação Básica e motivou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foram criados para conciliar um embate, de um lado um grupo que acreditava ser importante se definir um conteúdo mínimo nacional, podemos dizer um currículo nacional, e por outro lado os argumentos que defendiam a inadequação de diretrizes em um País de tanta diversidade.

Os PCN's do ensino fundamental (Brasil, 1997; 1998), referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores, o que o torna demasiadamente interessante, pois sabemos que a forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho. Assim, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, os PCN's buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro, isso enriquece esse documento, pois trata o Professor como sujeito importante dessa ação.

Com intenção de instituir o currículo da Educação Infantil a Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação (MEC) organizou um convênio de cooperação técnica para a articulação de um processo nacional de estudos e debates sobre o currículo da Educação Infantil e com isso resultou nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. De acordo com o MEC (2009),

Disso resultou uma série de documentos, dentre eles "Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares" (MEC/COEDI, 2009). Esse processo serviu de base para a elaboração dos "Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica" (MEC, 2009).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil.

Na Educação Infantil a nomenclatura empregada para se referir à organização curricular nunca foi clara, percebemos que existe ainda grande dificuldade em distinguir as propostas pedagógicas das propostas curriculares. Assim, o que era compreendido como currículo se referia a uma listagem prévia de conteúdos disciplinares, o que não fazia sentido como elemento central no currículo da educação das crianças pequenas, dizemos desta forma que muitas aprendizagens permaneciam marginalizadas, fora dos currículos, dos planejamentos e das reflexões de professores, já que não eram consideradas relevantes como atividades curriculares (MEC, 2009).

Com isso somente era considerado curricular aquilo que era a expressão de uma das dimensões do vivido no cotidiano da educação infantil, entretanto a dimensão do conhecimento científico não era considerada adequada e então a opção foi utilizar expressões como projetos pedagógicos ou propostas político-pedagógicas, por serem mais inclusivas, ao invés do termo currículo. Porém, nos últimos anos, essa visão restrita de currículo, limitada aos "conteúdos" pré-selecionados começou a ser substituída por uma compreensão ampla que procura

sistematizar as diferentes aprendizagens tecidas nos contextos interno e externo à escola.

À medida que aprofundamos a discussão percebemos que o objeto da pesquisa está fortemente associado a um contexto político e a de práticas de governo. Lopes (2004) defende que criticar as atuais políticas curriculares implica entender as modificações sociais, políticas, econômicas e culturais pelas quais passamos e ser capaz de dar respostas a essas modificações além de empreender novas interpretações sobre as questões de nosso tempo.

Desta forma um currículo bem planejado decide a melhor oferta cultural que o sistema educacional possa apresentar aos alunos dando prioridade às necessidades existentes. O currículo e seu conteúdo são uma medida historicamente criada dentro de uma sociedade cultural, política, social e escolar, cheio de valores e pressupostos que ainda precisam ser decifrados, devido aos conflitos entre os interesses de uma sociedade e os valores que dominam e regulam os processos educativos. Diante dessa ideia, o currículo se configura de acordo com Moreira e Silva (2000) em um "artefato social e cultural devido à sua multiplicidade de fins aos qual a escolarização se refere". A partir disso, compreendemos que um currículo integrado é capaz de articular essa multiplicidade, com mais ênfase no tópico seguinte.

A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular

Começa a haver, na sociedade brasileira e, especialmente, entre os especialistas da área da primeira infância, a compreensão mais aprofundada do cuidado e da educação em cada gesto de atenção que se presta a uma criança na Educação Infantil. Está bastante claro no âmbito teórico ou conceitual das ciências que estudam a criança, bem como nas leis, normas e políticas sobre a primeira infância, "que a criança é um todo, ou seja, que o físico, o social/cultural, o emocional

e o intelectual são aspectos de um ser único e integral e com direitos”(DIDONET, 2011, p.13).

Assim a criança é um ser ativo com personalidade, rica em imaginação, capaz de transformar o espaço em que está inserida, através de estímulos mediados pelos pais, tido como os primeiros professores responsáveis por essa intervenção. Após essa etapa, o pedagogo, entra com uma intervenção profissional, fazendo com que esse processo atinja a aprendizagem integral que é a finalidade da educação. Mas como trabalhar pedagogicamente com estas crianças na Educação Infantil? Como pensar em um atendimento que a valorize enquanto ser histórico e social?

De acordo com a LDB, no seu artigo 30, para a institucionalização da primeira infância, a Educação Infantil

deverá ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e a pré- escola, para crianças de quatro a cinco anos; nessa fase a avaliação será feita a partir do acompanhamento e registros do seu desenvolvimento (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), a Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Segundo a LDB em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. A Lei também diz que a creche não é obrigatória, somente a pré-escola, contudo a implantação de Centros de Educação Infantil é dever do Estado, no âmbito do município, e direito da criança (BRASIL, 1996).

Desde a aprovação da LDB até os dias de hoje, muito vem sendo pensado sobre o currículo da Educação Infantil assim como sua rotina, ao mesmo tempo em que o currículo assume o foco central da reforma, por outro as escolas são limitadas à sua capacidade, ou não, de implementar adequadamente as orientações curriculares oficiais (LOPES, 2004).

É compreendido que as mudanças nas políticas curriculares, têm grande destaque, a ponto de serem analisadas como se fossem em si a reforma educacional:

Se por um lado o currículo assume o foco central da reforma, por outro as escolas são limitadas à sua capacidade, ou não, de implementar adequadamente as orientações curriculares oficiais. O currículo oficial, com isso, assume um enfoque sobre tudo prescritivo. Por vezes o meio educacional se mostra refém dessa armadilha e se envolve no seguinte debate: os dirigentes questionam as escolas por não seguirem devidamente as políticas oficiais, e os educadores criticam o governo por produzir políticas que as escolas não conseguem implantar (LOPES, 2004, p. 110).

As Instituições e seus grupos disciplinares têm diferentes histórias, concepções pedagógicas e formas de organização, que produzem diferentes experiências e habilidades em responder, favoravelmente ou não, às mudanças curriculares, reinterpretando-as. Em síntese, as políticas estão sempre em processo de vir a ser, sendo múltiplas as leituras possíveis de serem realizadas por múltiplos leitores, em um constante processo de interpretação das interpretações (Ball, 1994).

Quando se refere à palavra currículo o que vem em mente é um conceito variado e diverso que leva a questionar a questão da seleção do currículo escolar a ser seguido na educação infantil. Considerando o currículo como um programa de conteúdos de disciplinas a serem seguidos, podemos encontrar um amplo campo de interpretação.

Com a regulamentação do PNE (Plano Nacional da Educação PNE) no ano de 2014, foram estabelecidas metas afim de melhoria da qualidade da Educação Básica, com isso, resultou-se na BNCC.

O Ministério da Educação (MEC) divulgou uma primeira proposta da BNCC para todas as instituições de educação básica do país. Ao ser elaborado, a BNCC deve estabelecer os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento dos estudantes brasileiros da Educação Básica, além de orientar a formulação do Projeto Político-Pedagógico das escolas.

Apesar de arraigar discussões levantadas nas diretrizes e nos parâmetros curriculares nacionais, a proposta recebeu críticas de entidades científicas, sindicais e organizações da sociedade civil tanto no que se refere ao seu conteúdo, quanto à forma como está sendo construída.

O MEC (2015) diz que a Base será mais uma ferramenta que vai ajudar a orientar a construção do currículo das mais de 190 mil escolas de Educação Básica do país, espalhadas de Norte a Sul, públicas ou particulares.

Dessa forma algumas questões nos fazem refletir, de fato um documento estipulado, que prega a intenção de criar um padrão de aprendizado em todo o Brasil, realmente garante o direito do aluno ao ensino? Dessa maneira serão assistidas as reais necessidades da educação?

Esses e outros questionamentos nos vêm à mente pela maneira de como está sendo conduzido o processo de construção, em evidência no que diz respeito à participação na elaboração, que teve consulta popular via internet em prazo menor de três meses, evidentemente haverá dificuldades em administrar o volume de dados e a sistematização de algo dessa proporção. É questionável se o processo é realmente legítimo a ponto de alcançar as práticas das escolas públicas brasileiras.

A BNCC (2015) diz que considerando as formas pelas quais meninos e meninas aprendem, ou seja, convivendo, brincando, participando, explorando, comunicando e conhecendo-se, seis grandes direitos de aprendizagem devem ser garantidos às crianças na Educação Infantil. Diante desses chamados "grandes direitos" iremos assim discorrer a discussão sobre um reducionismo das práticas educativas, e consideramos ainda que o documento precisa avançar no sentido de não ser tão pontual em termos dos objetivos de aprendizagem.

É um tanto impreciso acreditar que um documento que está sendo proposto com uma restrita participação dos Professores como agentes executores, nos conectem com a ideia de que assim realmente garantiremos uma qualidade da

Educação. Falar sobre qualidade da educação traria uma discussão para abordar questões como comprometimento do Professor que está entrelaçado as condições de trabalho, formação, políticas locais, salários e até a categoria de melhoria das condições de vida dos alunos.

Outra limitação desse documento está na proposição de que se todas as escolas cumpram um mesmo programa didático inicial, como se isso de fato fosse uma garantia à extinção da desigualdade entre as escolas e regiões do país, por indicar um mesmo percurso formativo, desconsiderando as especificidades de cada escola, região e mais ainda da criança como ser ativo e não mero um reproduzidor.

De acordo com entrevista concedida ao programa Sala Debate pelo Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação- CONSED Antônio Neto, afirma que a consolidação e aplicação de uma BNCC é o ponto de partida para uma reestruturação de livros didáticos e dos processos de avaliação, pois estarão mais conectadas com os conteúdos essenciais de maneira que essas avaliações, a exemplificar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que possa ser executado de acordo com o que o aluno tem como conteúdos essenciais.

Tomando o exposto acima, podemos dizer que a BNCC indica um processo de homogeneização do currículo e profissionalização da criança. Por entender que a educação é um processo de formação e ensino aprendizagem, que em seu sentido mais amplo está relacionada aos meios em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração a outra, que não podemos reduzi-la aos processos avaliativos. A Educação em si, está além de conteúdos e de formação, educação é visão de mundo, construção de identidade. E tomando como base essa concepção de educação, que pensamos nos processos da Integração Curricular.

Integração curricular na Educação Infantil: um caminho possível

A integração curricular preserva a construção do campo de conhecimento que é resultante da confluência de diferentes conhecimentos disciplinares sem fragmentá-los, como diz Beanne (2003) é uma concepção de currículo que procura relações em todas as direções, e que devido a esse tipo de união especial, é dado o nome *integração curricular*.

O currículo integrado baseado em habilidades e competências, segundo LOPES (2008) possui conteúdos constituintes de capacidade e não objetivos de ensino, e que assim o incorpora de várias habilidades para resolução de um problema de modo que os conteúdos sejam relevantes para a vida. Nesse contexto a interdisciplinaridade se coloca como uma maneira de se utilizar conteúdos ou conhecimentos das diversas disciplinas para resolver um problema. Contudo, mesmo diante dessa reforma a educação mantém sua submissão aos processos produtivos e ao mercado de trabalho, visto que os conhecimentos e as competências para a inserção no mercado produtivo são os mais valorizados (LOPES, 2008).

A integração curricular é mais que um modo de organização curricular que propõe uma dinâmica de ensino aprendizagem, pois se liga ao conceito mais amplo de educação democrática, onde a problemática da participação dos estudantes na planificação das suas próprias experiências deve tornar-se eventualmente um aspecto crucial da concepção do currículo e deve ser organizado a partir de questões significativas pessoal e socialmente em situações cotidianas; deve valorizar as experiências de aprendizagens que foram significativas; deve promover priorização de valores pessoais, favorecendo os conhecimentos relevantes para a sociedade mais ampla e não apenas os de interesse das elites (AIRES, 2011 apud BEANE, 1997).

A implantação desse currículo implica no compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual as disciplinas estão ligadas umas às outras, através de uma intercomunicação gerando o enriquecimento recíproco das disciplinas, mais que isso a interdisciplinaridade preocupa-se com o desenvolvimento de traços na

personalidade do aluno, dado pelo caráter de flexibilidade, capacidade de adaptação, pensamento divergente, aceitação de riscos entre outros (SANTOMÉ 1998).

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998), o papel da Educação Infantil é o cuidar da criança em espaço formal, contemplando a alimentação, a limpeza e o lazer. Também é seu papel educar, sempre respeitando o caráter lúdico das atividades, com ênfase no desenvolvimento integral da criança. Além disto, devem ser trabalhados os seguintes eixos com as crianças: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Sabe-se que o RCNEI é um bom instrumento orientador e que ele indica os Projetos de trabalho, no Volume III Conhecimento de mundo, como uma possibilidade para a construção de propostas pedagógicas na Educação Infantil: "Os projetos são formas de trabalho que envolvem diferentes conteúdos e que se organizam em torno de um produto final cuja escolha e elaboração são compartilhadas com as crianças" (BRASIL, 1998, p.109). Podemos explicar de forma mais detalhada o que é um currículo organizado por projeto, como uma proposta de currículo integrado.

Ao estudar a linguagem e a interpretação do currículo organizado por projeto de trabalho na prática escolar e sua flexibilidade adotada, entende-se que é possível torná-lo significativo em sua estrutura, capaz de nortear dando um sentido real junto aos diferentes níveis de aprendizagem e as diversidades existentes na escola estabelecendo, deste modo, uma linha teórica em que permitam aos professores ordenar os conteúdos de instrução propostos (conceituais, procedimentais e atitudinais) que corresponda à realidade e variações, discussões das disciplinas para que possa ter sentido e ser repassado não só como uma concepção de matéria. É indispensável e salutar organizar a prática de ensino não como uma pauta fechada.

As vantagens de se trabalhar com um currículo organizado por projetos segundo Hernández e Ventura (1998) é definitivamente, que a organização dos Projetos de trabalho se baseia fundamentalmente numa concepção da globalização:

“trata-se de “colocar o saber em ciclo”, como assinala Morin (1981), ou de “enciclopediar”, objetivando aprender a articular os pontos de vista disjuntos do saber num ciclo ativo”. Ou seja, a capacidade de articular o conhecimento, em vez de preocupar-se com a acumulação. A globalização é entendida como um processo muito mais interno do que externo, no qual as relações entre conteúdos e áreas de conhecimento tem lugar em função da necessidade que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. Por abordar de forma contextualizada um determinado assunto, o trabalhar com metodologia de projetos permite a interdisciplinaridade e a transversalidade, pois permite ampliar a gama de conhecimentos.

Essa forma globalizada, de articulação do conhecimento, organizando a atividade de ensino e aprendizagem considera que os conhecimentos não se ordenam de forma rígida ou em função de disciplinas. Os projetos de trabalho são então uma forma de organizar os conhecimentos escolares, com a função de favorecer a criação de estratégias e organização dos conhecimentos escolares em relação ao tratamento da informação e dos diferentes conteúdos de forma a facilitar a construção do conhecimento pela transformação da informação dos diferentes saberes em conhecimento próprio. Podendo o projeto ser organizado seguindo um determinado eixo, como por exemplo: a definição de um conceito, um problema geral ou particular, um conjunto de perguntas ou uma temática (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p.61).

Com base no texto de Hernández e Ventura (1998) defendemos que os Projetos de Trabalho buscam a estrutura cognitiva, o problema eixo, que vincula as diferentes informações, as quais confluem num tema para facilitar seu estudo e compreensão por parte dos alunos. Definitivamente, a organização dos Projetos de trabalho se baseiam fundamentalmente numa concepção da globalização entendida como um processo muito mais interno do que externo, no qual as relações entre

conteúdos e áreas de conhecimento têm lugar em função das necessidades que traz consigo o fato de resolver uma série de problemas que subjazem na aprendizagem. É importante constatar que a informação necessária para construir os Projetos não está determinada de antemão, nem depende do educador ou do livro-texto, está sim em função do que cada aluno já sabe sobre um tema e da informação com a qual se possa relacionar dentro e fora da escola.

Quando Hernández afirma ser um processo mais interno que externo, implica dizer que ao surgir uma questão que é despertada pela curiosidade das crianças, as relações entre conteúdos e áreas de conhecimento têm um lugar em função das necessidades de resolver um problema ou outro, não devendo ser aplicado de maneira generalizada seguindo um ímpeto inovador, trata-se, portanto, de uma mudança de atitude profissional. De acordo com as DCNEI (BRASIL, 2010) é pertinente trazer as orientações teóricas de Hernández e Ventura (1998, p.61) que dizem que o projeto de trabalho busca a articulação entre os conhecimentos escolares, ou seja, a interdisciplinaridade, além disto, tem como princípio a não rigidez dos conteúdos. Mas a criação de estratégias com vistas em: "1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas e hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos", e trata-se da transformação de conteúdos escolares em conhecimentos próprios.

Dessa forma, podemos afirmar que um sistema de ensino desvinculado da realidade ou até mesmo que a apresenta de forma fragmentada aos estudantes, tornando-a assim praticamente irreconhecível, não convém para estimular o interesse, que é na verdade o principal motor da atividade construtiva. Assim, concordamos com Santomé (1998) um dos argumentos utilizados para não apresentar o conhecimento de forma disciplinar aos alunos é o distanciamento existente entre tal forma de organização e o mundo experimental da infância.

Santomé (1998) retrata que um sistema de ensino fragmentado e desvinculado da realidade não serve para estimular o interesse, sendo esse o motor da atividade construtiva. Por esse motivo, esse argumento trata de não apresentar o conhecimento de forma disciplinar, pois é este o distanciamento existente entre tal forma de organização e o mundo experiencial da infância. Em um trecho de Santomé (1998, p.115) isso é mais bem justificado:

Uma apresentação de um currículo de forma disciplinar pode fazer com que os conteúdos culturais assim difundidos sejam de difícil compreensão para as crianças, especialmente nos níveis da educação infantil e do ensino fundamental.

A integração é defendida a partir da perspectiva que todos nós somos sujeitos da história, sendo cada um uma peça-chave para entender o mundo, sendo este apresentado de tal maneira que se torna difícil captar a importância das intervenções das pessoas em sua formação. Essa é a necessidade de humanizar o conhecimento com o qual se entra em contato nas instituições escolares (SANTOMÉ, 1998, p.118).

A dimensão da Educação Infantil é de instância maior, é educativa, social, cultural, e são categóricas para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania, precisa ser entendida e executada como espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação.

A Educação Infantil é o nível de ensino com a maior possibilidade de integração de conhecimentos, pois é nessa etapa em que a criança está descobrindo o mundo, não é necessário reduzir um conhecimento a um campo disciplinar. Já existem documentos suficientes para indicar esse caminho possível, de um currículo que norteia e explana o valor da experiência como motor da aprendizagem, pelo menos teoricamente, o que falta é formação de professores (inicial e continuada). Ao procurar trabalhar numa dimensão do currículo integrado, estamos expressando nossa vontade político-educacional por uma educação que se configura

em uma prática que não pode ser decretada como uma moda pedagógica de inovação curricular, segundo Pacheco (2000). Mas uma forma de perseguir não só a melhoria da aprendizagem dos alunos, como também consolidar a função social da escola, marcando nosso posicionamento na perspectiva curricular crítica.

Aqui reside o desafio da inovação na prática pedagógica dos professores. Ao conceber a escola como produtora e executora em potencial do currículo, busca-se proporcionar aos atores escolares o direcionamento do processo educativo.

Considerações Finais

Com base no discorrer da pesquisa percebemos no breve histórico explanado que o Currículo da Educação Infantil, inicialmente chamados de jardins de infância teve início com uma teoria assistencialista, sem função de alfabetização, e que com o passar do tempo baseado em Froebel, esse paradigma se rompe e então a infância é compreendida como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas. Assim vemos a integração dos conhecimentos científicos sendo postos sob os conhecimentos do mundo externo.

Essas distorções foram amenizadas com a LDB, que conduz a educação infantil como instituição e direito, afirmando que essa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Com isso as funções das instituições infantis vão além da assistência e do cuidado com a criança pequena, elas contribuem para o desenvolvimento infantil, desenvolvimento da cultura de origem de cada criança ao mesmo tempo em que a situa em um âmbito de política sócio educativa de apoio à família.

Assim essa socialização deve possuir um espaço fundamental nos objetivos da instituição, garantindo a inserção da criança na cultura adulta, acreditamos

firmemente que a educação infantil carece ser vista como um momento de aprendizagem sendo que ela pode cumprir sua função pedagógica ampliando o repertório vivencial e de conhecimento das crianças, rumo à autonomia e a cooperação.

Com as discussões propostas pela BNCC, vemos a possibilidade dessa alfabetização de nível de ensino, retornar a uma ação assistencialista, reduzindo-a ao cuidar. É necessário dar a devida atenção a Educação Infantil, compreendendo que essa cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. As condições de aprendizagem não se dão somente por cuidados, elas perpassam.

A BNCC, ao estabelecer um conjunto de conteúdos a serem ensinados em todo território nacional, submetem a escola a uma política e a uma prática questionável se garantirá a melhoria da qualidade do ensino.

A educação infantil carece ser vista como um momento de aprendizagem sendo que ela pode cumprir sua função pedagógica ampliando o repertório vivencial e de conhecimento das crianças, rumo à autonomia e a cooperação.

Referências

AIRES, J. A. Integração Curricular e Interdisciplinaridade: Sinônimos? **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em: 04 de maio de 2013.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Congresso. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

LOPES, A.R.C. **Políticas de Integração Curricular**. Ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

LOPES, Alice Casimiro, (2002c). Identidades pedagógicas projetadas pela reforma do ensino médio no Brasil. *In*: MOREIRA, Antonio Flavio, MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto, p. 93-118.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura. **Revista Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52. 2001, Editora da UFPR.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimentos-Perspectiva atuais**. Belo Horizonte, Novembro de 2010.

PACHECO, J. A. (Org.). **Políticas de integração curricular**. Porto: Porto Editora, 2000.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: O currículo Integrado**. Porto Alegre: Editora ArtMed, 1998.